

VII Congresso Latino-Americano de Estudos do Trabalho. O Trabalho no Século XXI.
Mudanças, impactos e perspectivas

GT 06 - Subcontratación y organización de trabajadores precários

Título: “Pau na gata”: trabalhadores terceirizados da construção civil em Vitória e
Campinas

Autora: Lilian Rose Arruda

Este trabalho faz parte de um projeto desenvolvido em 2012 por pesquisadores do Instituto Observatório Social em parceria com a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e **Escritório de Atividades para os Trabalhadores (ACTRAV)** que faz parte da Organização Internacional do Trabalho. O objetivo da pesquisa foi abordar as condições de trabalho de trabalhadores diretos e, em sua maioria, terceirizados de canteiros de obras das construtoras MRV nas localidades de Vitória e Campinas. Para isso, foram utilizados os indicadores de Trabalho Decente construídos pelo Observatório Social. Além das informações quantitativas sobre o setor e da empresa, foram escutados trabalhadores diretos e terceiros nos canteiros de obras e também dirigentes sindicais nas localidades selecionadas.

O objetivo deste trabalho é pesquisar as condições de trabalho de trabalhadores diretos e terceirizados de canteiros de obras das empresas MRV nas localidades de Campinas e Vitória.

Para isto, foram utilizados os indicadores de trabalho decente elaborados por pesquisadores do Instituto Observatório Social. A OIT fixou como seu objetivo central a promoção de um trabalho decente para todos os homens e mulheres em qualquer parte do mundo, combinando quatro pilares estratégicos: a promoção de **emprego** com **proteção social**, respeito aos **Direitos Fundamentais do Trabalho** (DFTs) e com **diálogo social**. Trabalho Decente é definido como *"oportunidades a que mulheres e homens possam obter um trabalho digno e produtivo em condições de liberdade, equidade, segurança e dignidade humana"*¹.

Os indicadores são divididos em 10 áreas temáticas, de acordo com o conceito de Trabalho Decente: oportunidades de emprego, trabalho inaceitável, salários adequados e trabalho produtivo, jornada decente, estabilidade e garantia de trabalho, equilíbrio entre trabalho e vida familiar, tratamento digno no emprego, trabalho seguro, proteção social, diálogo social.

Para elaborar os indicadores foram consultadas as convenções e recomendações da OIT, contudo, o intuito da pesquisa não é apenas verificar questões normativas e formais acerca do trabalho/emprego, mas também qual é a percepção do trabalhador e de representantes sindicais acerca das condições de trabalho nas empresas pesquisadas. Para isso foram entrevistados ao todo 30 trabalhadores, a entrevista foi feita mediante roteiro de perguntas abertas em que foi valorizada a abordagem qualitativa.

Com a economia brasileira aquecida de 2009 para 2010 com um crescimento do PIB em 7,5%, setor de construção civil no Brasil manteve-se em crescimento nesse período, o crescimento do valor adicionado bruto (VAB) do setor da construção civil foi de 11,6%. A recuperação do setor da construção civil, particularmente nos três primeiros trimestres de 2010, foi resultado do corte nas taxas de juros; da ampliação do

¹ ILO, Decent Work: Report of the Director General, International Labour Conference, 87th Session.

crédito – com o Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDES) financiando o setor produtivo durante a crise financeira de 2009 – e das obras públicas de infraestrutura, atendendo ao **Programa de Aceleração do Crescimento (PAC)**, e de habitação, previstas no **Programa Minha Casa, Minha Vida**.

Além disso, o aquecimento do setor se dá em virtude dos investimentos previstos para a realização de obras de infraestrutura de transportes e logística, exploração do pré-sal, Copa do Mundo de 2014 e Jogos Olímpicos de 2016 – com investimentos nas áreas de energia, mobilidade urbana, readequação viária e saneamento, bem como na construção de aeroportos, estádios e arenas esportivas².

Com isso, a geração de empregos na construção civil foi positiva, o setor responde por 6% do total dos salários pagos na economia. Contudo, de acordo com dados do Dieese, em 2009 apenas 28,67% dos trabalhadores tinham carteira assinada e 39,94% trabalhavam por conta própria.

Em 2009, o setor da construção civil contava com quase 6,9 milhões de trabalhadoras e trabalhadores empregados, 7,44% dos 92,7 milhões de trabalhadores(as) que compreendem toda a população ocupada brasileira, de acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD-IBGE). De acordo com o MTE, as mulheres, que em 1998 entre os trabalhadores formais somavam pouco mais de 83 mil entre 1,094 milhão de pessoas empregadas no setor, chegaram em 2008 a 137.969 trabalhadoras – num contingente de aproximadamente 2 milhões de trabalhadores. No período, o acréscimo do número de mulheres trabalhadoras na construção civil foi equivalente a 65%.

De forma geral, as mulheres exercem atividades como azulejistas, ceramistas, encanadoras, eletricitas e ajudantes de pedreiro, de acordo com as qualidades que são imputadas socialmente às mulheres, consideradas como “a natureza feminina”: “*as mulheres são mais detalhistas*”, “*mais dedicadas*”, “*mais cuidadosas*”.

A empresa MRV Engenharia é uma construtora e incorporadora de grande porte, tem capital nacional e atua em todo território brasileiro. A MRV, em 2008,

² Fonte: DIEESE, 2011: p. 8.

empregava 10.493 trabalhadores, em setembro de 2011, 28.422 trabalhadores. Atua em projetos do governo federal como, por exemplo, o **Minha Casa Minha Vida**.

Nos canteiros de obra da MRV atuam muitas empresas terceirizadas ou empreiteiras. De acordo com representantes sindicais de Vitória, na MRV há muitas empresas terceirizadas: Plabo Henrique Empreendimentos e Instalações, JJ, ABN, APM, Ferrobras. As empresas terceirizadas são também chamadas de empreiteiras, “gato” e “gata”, geralmente são empresas pequenas que fazem todo tipo de serviço na obra, de forma geral com mão de obra mais barata, muitos trabalhadores são oriundos de outros estados, trabalham de quatro a cinco, seis meses para enviar dinheiro para família. “Pau na gata” é o bordão criado pelo sindicato de Vitória para combater a prática de trabalho terceirizado mediante contratação de trabalhadores por empreiteiras. Na obra pesquisada em Vitória há 155 trabalhadores, destes 26 são funcionários diretos da MRV, o restante são trabalhadores terceirizados. Dos 26 diretos da MRV, 16 trabalham no administrativo e apenas 10 trabalham no canteiro obra. Foram entrevistados 8 trabalhadores 4 diretos e 4 terceirizados. Em Campinas, foram entrevistados 22 trabalhadores da empreiteira denominada “Diogo Ferreira”, que prestava serviço em uma obra de responsabilidade da MRV Engenharia e Participações. Estavam numa obra que recebeu o nome de “Águas Belas”

Os trabalhadores terceirizados entrevistados trabalham “por produção”, ou seja, o trabalhador recebe remuneração de acordo com o que produz. Esta forma de trabalhar impacta sobre a forma de o trabalhador desempenhar as suas funções: ele tanto pode ser muito bem remunerado como pode receber remuneração alguma dependendo de determinadas condições que o impedem trabalhar (climáticas, enfermidades).

A “Diogo Ferreira” é acusada de cometer muitas irregularidades trabalhistas, que ocasionou a paralisação dos trabalhadores. De acordo com trabalhadores entrevistados, MRV, enquanto empresa contratante, não tomou nenhuma providência. As principais queixas apresentadas foram falta de pagamento de salários por vários meses e falta de pagamento pela produtividade realizada no trabalho por “empreita”, que é a construção do metro quadrado em menos tempo.

Sob a lógica, “quanto mais se trabalha mais se ganha”, as jornadas de trabalho são mais extensas. Para um terceirizado, que trabalha por produção, a noção de hora extra não é utilizada, afirma-se que não faz hora extra, que não recebe e nem há banco de horas, uma vez que trabalha por produção.

No Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) firmada em Vitória há tabela para folga de campo, prevê dias de folga além do fim de semana, com pagamento de passagem e lanche; ou passagem de avião sem lanche para quem oriundo de outra cidade ou estado. De acordo com CCT os trabalhadores têm direito às folgas periódicas “no período máximo de cinco dias úteis incluindo o tempo de viagem, a cada 90 dias, que serão compensados em horário além da jornada normal de trabalho”.³

Mas, de acordo com dirigentes sindicais, empresas não respeitam o quadro. Em obra da MRV, ainda segundo os dirigentes. “tem gente que está aqui há oito meses e nunca foi pra casa.”⁴

Entre os trabalhadores entrevistados, os que moram em Vitória vêm a família todos os dias, entre os terceiros há trabalhadores de outros estados que relataram: trabalhador terceirizado oriundo de Estado do Nordeste brasileiro vê família apenas de seis em seis meses, segundo ele “é difícil ficar indo e vindo”⁵, outros dois trabalhadores terceirizados afirmaram que as empreiteiras que eles trabalham não dá direito a folga de campo. Apenas um trabalhador terceirizado, que também é de um estado do Nordeste, relatou que tem direito a folga de campo e que vê a família com frequência.

Sobre assédio moral, de acordo com dirigentes sindicais, encarregado ameaçava e batia em operários, a humilhação é de preferência na presença de outros colegas de trabalho. De acordo com relato de dirigente, a humilhação está relacionada ao esquema de produção:

Ele é humilhado por causa da produção, eles ficam querendo tanto a produção e são humilhados pela produção, vocês têm quem fazer. Empresa

³ CCT 2010-2012. Cláusula 20 – Das folgas periódicas, p. 26.

⁴ Oficina sindical realizada em 27/02/2012. Sintraconst-ES.

⁵ Entrevista realizada em 28/02/2012. Obra da MRV, Serra (ES).

coloca trabalhador contra sindicato “colaboradores, o sindicato não está deixando você ganhar dinheiro”, mas trabalhador passa por humilhação porque não quer perder a produção.⁶

De acordo com dirigentes sindicais, os principais problemas de saúde vividos pelos trabalhadores da construção civil são de coluna, “de trabalhar abaixado e torto, empresa não treina adequadamente”, vista, respiração devido à poeira, de surdez devido ao barulho, “muitas vezes em virtude do ritmo de trabalho trabalhador acaba não usando protetor”, e mental, é muita correria no esquema de produção, então há problemas de alcoolismo e consumo de drogas. Além disso, em virtude do esquema de produção, operário “tem que trabalhar muito”, o que afeta a saúde.⁷

O ritmo de extenuante de trabalho é citado pelos trabalhadores: trabalhador terceirizado considera o ritmo de trabalho muito cansativo, dois entrevistados afirmaram que afeta a saúde física, entrevistado disse que gera stress, mas o restante não considera ritmo de trabalho prejudicial à saúde.

A dificuldade de organização sindical reside na diversidade de empreiteiras atuando, estas trazem trabalhadores de outros estados (*trechero*, aquele que vive no trecho) que permanecem pouco tempo no estado. Além disso, a diversidade de relações de trabalho, a pulverização dos trabalhadores em vários canteiros de obra e as constantes mudanças de localidades dificultam a ação sindical.

O trabalho dos trabalhadores terceirizados da construção civil aqui estudado foge, portanto, do paradigma do trabalho assalariado. Este, por muito tempo, universalizado como categoria trabalho pelos estudos das ciências sociais. Como lembrou Hirata ao debater o fim da centralidade do trabalho “trabalho não assalariado é excluído da categoria trabalho, da mesma forma o trabalho doméstico”.⁸ Neste sentido, necessita-se outra abordagem ao se considerar que os trabalhadores recebem por produção, não têm jornada fixa de trabalho e a relação contratual com a empresa é temporária.

⁶ Oficina sindical realizada em 27/02/2012. Sintraconst-ES.

⁷ Oficina sindical realizada em 27/02/2012. Sintraconst-ES.

⁸ HIRATA, Helena. Reorganização da produção e transformações do trabalho: uma perspectiva norte/sul. In: CARVALHO NETO, A. M.; CARVALHO, R. A. A. (org.). *Sindicalismo e negociação coletiva nos anos 90*. Belo Horizonte, IRT (Instituto de Relações do Trabalho); PUC Minas, 1998